

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-975-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.759220802>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**A Educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AFRO-BRASILEIRO SIM SENHOR! HISTÓRIA, EMPODERAMENTO E RESILIÊNCIA NO IMAGINÁRIO EDUCACIONAL AMAZÔNICO	
Francisco Marqueline Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7592208021	
CAPÍTULO 2	9
A EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O FORTALECIMENTO DO CAPITALISMO	
Vanderlise Ines Prigol Reginato	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7592208022	
CAPÍTULO 3	23
O FRACASSO E A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA	
Eleonilson Nascimento Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7592208023	
CAPÍTULO 4	37
A FLIPPED CLASSROOM NO CONTEXTO METODOLOGIAS ATIVAS: UMA PROPOSTA VIÁVEL PARA A POTENCIALIZAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM	
Eliane Nascimento Gomes Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7592208024	
CAPÍTULO 5	51
YOUTUBE: UMA FERRAMENTA PARA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Gláucia Botan Rufato	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7592208025	
CAPÍTULO 6	62
LAB IFMAKER: CONCEPÇÕES INSTITUCIONAIS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A SER IMPLEMENTADA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Bruno Bernardes Carvalho	
Nayara Poliana Massa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7592208026	
CAPÍTULO 7	93
O CURRÍCULO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS- PB	
Alcineide Pereira da Costa	
Rebeka Martins Florêncio de Sousa	
Mariana Beatriz Gomes da Silva	
Ana Clara Cassimiro Nunes	

Pamela Karina de Melo Góis
Samara Celestino dos Santos
Giulyanne Maria Silva Souto
Gertrudes Nunes de Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7592208027>

CAPÍTULO 8..... 101

DO BEM-ESTAR FINANCEIRO AO SUPERENDIVIDAMENTO: O IMPACTO DOS IMPREVISTOS NO ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS

Paulo Roberto do Amaral Ferreira
Elton Flach
André Luiz Alves dos Santos
Matheus Marinho Fuly
Marco Aurélio Alves da Silva Araújo
Bruna de Souza Sant Anna
Matheus Nascimento Sampaio Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7592208028>

CAPÍTULO 9..... 122

INFLUENCIA DE LAS TECNOLOGÍAS MÓVILES EN LA CULTURA Y EL OCIO JUVENIL. EDUCAR LA MIRADA DIGITAL A TRAVÉS DE LAS ARTES VISUALES

David Mascarell Palau

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7592208029>

CAPÍTULO 10..... 135

O PROJETO INTEGRADOR COMO ESTRATÉGIA EDUCACIONAL NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS CORRENTE

Júlio César Alves Martins
Márcio Aurélio Carvalho De Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080210>

CAPÍTULO 11..... 147

A VIOLÊNCIA NA TELEVISÃO E OS REFLEXOS NO COMPORTAMENTOS DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO

Suely Nobre de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080211>

CAPÍTULO 12..... 158

ANÁLISE DAS DISCUSSÕES REFERENTES A “NOVA HISTÓRIA” PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Derllânio Telecio da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080212>

CAPÍTULO 13	165
A IMPORTÂNCIA DA NEUROCIÊNCIA PARA A APRENDIZAGEM ESCOLAR Antônia Márcia Matos Soares  https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080213	
CAPÍTULO 14	171
A SAÚDE DA CRIANÇA CONTEMPORÂNEA NA PERCEPÇÃO DO PROFESSOR Elisângela Paes Leme Lázara Amancio  https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080214	
CAPÍTULO 15	178
APLICAÇÃO DO JOGO DIDÁTICO “TRADUÇÃO E TRANSCRIÇÃO” PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO Augusto Marcelo da Silva Victória Augusta Ferreira de Oliveira Polyanna Miranda Alves Frederico Miranda Polyane Ribeiro Machado  https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080215	
CAPÍTULO 16	181
QUESTIONAMENTOS ACERCA DA ESTABILIDADE DA EQUIPE GESTORA Daniela Taborda Prado Moran Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira  https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080216	
CAPÍTULO 17	193
SABERES PREDOMINANTES NO DISCURSO E NA PRÁTICA DE PROFESSORAS QUE ENSINAM MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS Geni Pereira Cardoso Raimundo Luna Neres  https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080217	
CAPÍTULO 18	200
PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA ACERCA DA ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL Fernanda Natali Demichelli Cristian Ricardo de Oliveira Castro Pazini Ivan Ramos Igor Matheus da Silva Pinto  https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080218	
CAPÍTULO 19	211
PERTURBAÇÕES DA APRENDIZAGEM: ATRASO E DIFICULDADES NO	

DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA CRIANÇA

Mislane Santiago Coelho
Ana Paula Leite Cardiliquio
Hemerson Milani Mendes
Jaqueline Custódio Chagas Soares
Vilene Costa Santos Bedelegue
Julia Cristina Feitoza Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080219>

CAPÍTULO 20.....218

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E AS TIC'S

Ana Lúcia Ponciano Ribeiro
Dayane Donato Nepomuceno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080220>

CAPÍTULO 21.....228

MULHERES NA CAPOEIRA

Carmen Cristina Freitas Costa Lima
Waldinéia Antunes De Alcântara Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75922080221>

SOBRE O ORGANIZADOR.....233

ÍNDICE REMISSIVO.....234

A EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O FORTALECIMENTO DO CAPITALISMO

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 10/01/2022

Vanderlise Ines Prigol Reginato

Universidade de Passo Fundo/ FUPF-UPF
Passo Fundo- Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/7745095892842871>

RESUMO: A educação sempre foi considerada um tema de interesse nacional, porém, a partir das últimas décadas este panorama tem sofrido mudanças com a inserção da temática nas discussões internacionais de todos os países. Através de uma análise bibliográfica, parte-se do pressuposto que a crise de capital ocorrida a partir de 1973 contribuiu para a transformação do modelo de Estado até então existente, passando-se a adotar medidas de caráter neoliberal, as quais criticavam os gastos em áreas sociais como excessivos. Aos poucos a educação passou a ser controlada por diferentes setores sociais, entre eles o empresariado, interessado em formar mão-de-obra para a manutenção e fortalecimento da lógica capitalista e da classe burguesa, a qual coordena os grupos educacionais. Com uma mão-de-obra qualificada, aumenta e se diversifica a produção, ampliando as áreas de atuação das empresas, fazendo com que o Estado passe a ter maiores chances de projetar sua economia no cenário internacional atingindo mais um degrau para colocar-se entre as economias desenvolvidas. A isso soma-se o fato de ser cada vez maior a inserção do país

em temáticas mundiais a fim de se manter por dentro dos assuntos em pauta, fortalecendo a imagem de país participativo e integrado aos assuntos internacionais. Portanto, este artigo objetiva contextualizar a inserção da educação na pauta das discussões internacionais, partindo do princípio de que a educação na América Latina constituiu-se como preocupação dos órgãos internacionais devido ao interesse em aumentar os índices de desenvolvimento dos países, criando uma série de medidas que dariam embasamento para políticas públicas e contribuiriam para que os países aumentassem seu nível de subordinação aos países mais desenvolvidos e ao capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Relações Internacionais, Capitalismo.

EDUCATION IN INTERNATIONAL RELATIONS AND THE STRENGTHENING OF CAPITALISM

ABSTRACT: Education has always been considered a topic of national interest, however, in recent decades, this panorama has undergone changes with the insertion of the theme in international discussions in all countries. Through a bibliographic analysis is based on the assumption that capital crisis that occurred from 1973 onwards contributed to the transformation of the state model that existed until then, starting to adopt neoliberal measures, which criticized spending in social areas as excessive. Little by little, education came to be controlled by different social sectors, including the business community, interested in training labor for the maintenance and

strengthening of the capitalist logic and the bourgeois class, which coordinates the educational groups. Which coordinates the educational groups. With a qualified workforce, production is increased and diversified, expanding the areas of companies, giving the State greater chances of projecting its economy on the international stage, reaching one more step top lace itself between developed economies. Added to this is the fact that the country is increasingly involved in global issues in order to keep up with the issues ant hand, strengthening the image of a participatory and integrated coutry in international affairs. Therefore, this article aims to contextualize the insertion of education on the agenda of international discussions, based on the principle that education in Latin America was constituted as a concern of international bodies due to the interest in increasing the development rates of coutries, creating a series of measures that would support public policies and contribute to coutries increasing their level of subordination to more developed coutries and to capitalismo.

KEYWORDS: Education, International Relations, Capitalism.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo contextualizar a inserção do tema educação na pauta das discussões internacionais, partindo da atuação do empresariado brasileiro na educação pública e da participação do Brasil em movimentos e organizações cujo tema é a educação, pensada no sentido de fortalecer a economia capitalista, atuando com o intuito de projetar o país na economia internacional.

Parte-se do pressuposto de que o Brasil a partir da década de 1990 se voltou cada vez mais para os temas globais, em busca de uma participação maior nas decisões internacionais e na construção de uma autonomia frente aos países desenvolvidos. Para isso tornou-se necessário uma adaptação a lógica do mercado, onde entre as principais características pontua-se a linha tênue estabelecida entre o setor público e o privado e a participação cada vez maior de organismos internacionais nas questões internas.

A educação brasileira, considerada pela Constituição Federal de 1988 como um direito natural do ser humano em seu Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, Art. 205, 1988) vem sendo tema discutido pelos mais diversos setores, desde aqueles ligados à área da educação até os setores mais distantes, como os empresariais e as organizações de caráter internacional.

Dentre as questões que motivaram a escolha da temática deste artigo estão: Onde identificamos a presença dos setores empresariais na educação? Como ocorreu o processo de inserção das empresas privadas nas demandas do Estado? Quais os objetivos do setor privado nesta área? Qual o interesse das Organizações Internacionais na dinâmica educacional? Como o Brasil participa destas discussões internacionalmente?

Parte-se do princípio de que o cenário mundial vem se alterando de maneira rápida

e a educação não poderia ficar de fora desse processo. Todas estas mudanças, aliadas ao processo de globalização fizeram com que a temática começasse a fazer parte das discussões externas.

A globalização “em suas inúmeras definições seria o processo de unificação dos mercados em escala planetária, até formar, em termos ideais, um mercado único para o comércio, os investimentos e os fluxos financeiros” (RICUPERO, 2017, p. 611).

Nesse sentido, a participação do setor empresarial na educação se insere na lógica das parcerias público privadas, intensificadas após a crise do capital iniciada em 1973 e expandidas no governo de Fernando Henrique Cardoso, no contexto mundial do capitalismo, onde globalização se torna sinônimo de modernidade e neste sentido todos os países adotam uma corrida para alcançá-la, porém, no meio do caminho se deparam com uma grave crise econômica que afeta drasticamente a concepção do papel do Estado e sua área de atuação, o que se faz sentir nas esferas nacionais e internacionais, nas áreas econômica, política e social.

Importante destacar que as crises são inerentes ao sistema capitalista, para Marx (1988 apud DOMINGUES, 2017, p. 54), “as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado.”

A crise de capital se insere neste contexto, estabelecendo uma continuidade entre as relações de dominação exercidas pelos países do Norte em relação aos países do Sul, o que se observa em todas as esferas, principalmente na econômica, política e cultural. Enquanto os países tentam se adaptar a esta nova “modernidade”, forjada na globalização, acabam por fortalecer a manutenção do *status quo*, qual seja, o fortalecimento da classe burguesa e a dominação dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

Nesse sentido, o sistema educacional passa a ser encarado como a forma de dominar o homem e adaptá-lo aos valores sociais e principalmente a lógica capitalista de mercado, de um lado forjando uma identidade comum em seu território, qual seja, a de trabalhador urbano/industrial e no plano externo encara-se como uma tentativa das grandes potências em promover a manutenção da divisão internacional do trabalho na lógica capitalista.

Embora ainda pouco discutida academicamente, no âmbito das relações internacionais, a educação tem ganho cada vez mais espaço, por um motivo principal: ao se relacionar diretamente com a produção de mão-de-obra interna, acaba interferindo no desenvolvimento econômico do país, principalmente no cenário da globalização, onde se cobra cada vez mais do país que tenha uma economia dinâmica e capaz de atrair capitais e investimentos, inserindo-se no mercado internacional. Este fator está intimamente ligado ao nível educacional e ao grau de qualificação dos recursos humanos.

Neste sentido, esta produção é resultado da revisão bibliográfica acerca da forma de ingresso dos grupos empresariais na área na educação brasileira e a transformação do

papel da educação de tema nacional para internacional.

2 | A CRISE DO CAPITAL E O EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo trataremos da inserção de grupos privados nos sistemas públicos de ensino, inserindo este processo na lógica de expansão capitalista.

A porta de entrada dos grupos privados na área educacional se deu no contexto da crise de capital¹ iniciada em 1973 que se agravou nos anos 1980 e na reestruturação produtiva² ocorrida a partir de 1990, que leva os empresários a interferir cada vez mais em demandas que até então pertenciam ao Estado, levando-se em conta que a reestruturação produtiva abre caminhos para a reforma de Estado, que acarreta na diminuição de investimento do Estado em medidas de cunho social, abrindo caminho para as políticas neoliberais³.

Após um longo período de acumulação capitalista, na década de 1970, o capital passou a enfrentar uma crise onde ocorreu a falência do Estado de bem-estar social e uma crise fiscal o que coloca a necessidade de contenção de gastos públicos, privatizações, desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos e dos mercados.

A transição democrática ocorrida no Brasil na década de 1980 pode ser considerada o período de abertura às ideias neoliberais no Brasil, um período conturbado que não representou de fato uma ruptura efetiva com o sistema anterior, mas sua continuidade, em alguns aspectos.

As políticas neoliberais adotadas pelo país defendiam que o Estado ineficiente tornava-se incapaz de sair da crise e projetar-se internacionalmente acabando por apontar como culpado o investimento do Estado nas questões sociais e então estas demandas acabam sendo deixadas de lado, abrindo portas para a entrada de setores privados, interessados em suprir as lacunas deixadas pelo Estado e expandir seu mercado de atuação, fortalecendo a ordem capitalista e a classe burguesa.

Nesse sentido, observa-se que como saída para a crise o Estado passa por medidas de reestruturação produtiva, iniciadas na década de 1990 e o estabelecimento de políticas de cunho neoliberal, com isso as empresas privadas interferem cada vez mais no setor educacional, tendo início as parcerias público/ privadas e a transformação da educação em

1 O capitalismo recorrentemente entra em crise porque cresceu, e voltará a crescer porque entrou em crise. O trabalho fundante da sociabilidade capitalista é o trabalho abstrato, o trabalho produtor de mais-valor. Dessa forma, o sistema do capital se empenha em aperfeiçoar constantemente o modo de extração de mais-valor. Por isso, aperfeiçoa os instrumentos de produção com o desenvolvimento de novas tecnologias e elabora outras formas de gestão da força de trabalho. (DOMINGUES, 2017, p. 54- 55)

2 Se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. (ANTUNES, 2009, p. 54 apud DOMINGUES, 2017, p. 61).

3 Para Harvey (2012 apud DOMINGUES, 2017, p. 62) O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

mercadoria ou serviço.

Os grupos privados de ensino possuem trajetória de criação semelhantes, surgindo no contexto de expansão do mercado educacional, na crise do capital que intensificou a busca dos empresários pela manutenção de seu lucro, expansão e diversificação de ramos de atuação, em diferentes regiões, ofertando serviços e produtos diferenciados para obter lucro, em outras palavras, a criação destes grupos se insere na lógica capitalista e das reformas estruturantes, obtendo grande incentivo dos governos militares e sofrendo a intervenção da pedagogia tecnicista, baseada no taylorismo⁴. Neste tipo de educação, se transpõe para a escola o funcionamento das fábricas, pois estimula-se a competitividade, a geração de resultados, a constante avaliação, a objetividade, a racionalidade e o uso de técnicas.

Neste sentido, os empresários inseridos na educação transpõem a lógica capitalista para as salas de aulas, através de materiais didáticos, currículos, plataformas educacionais e passam a direcionar o conteúdo e a maneira que será ministrado aos alunos, interferindo assim diretamente no processo formativo, com um objetivo principal: formar mão-de-obra para o trabalho.

Compreendemos que a educação apresenta um capital econômico bastante grande, por este motivo o Estado não é mais o único responsável pelo seu gerenciamento. Participar do processo de discussão e elaboração de políticas públicas e materiais didáticos se tornou sinônimo de abertura de capital e de controle sobre as futuras gerações a fim de que se familiarizem com as ideias do capitalismo de mercado.

3 I A EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A crise do capital iniciada em 1973 e intensificada na década de 1980, período em que o Brasil inicia a transição democrática atinge o país de forma grave, abrindo as portas para medidas de cunho neoliberal, o que acaba por produzir uma reorganização do sistema do Estado em todos seus aspectos, internos e externos.

Com este cenário ingressamos o período de redemocratização. A maior preocupação do primeiro governo democrático, com o presidente José Sarney foi o controle da inflação e a superação da crise econômica iniciada na década anterior. A solução destes problemas se tornava cada vez mais difícil na vez que existia certo receio sobre como o presidente iria conduzir os rumos do país.

A saída escolhida iria ao encontro de um movimento já iniciado em outras partes do mundo, como na Inglaterra em 1979 e outros países europeus, a adoção de políticas

4 A principal característica do método taylorista de trabalho é o controle de todas as fases de produção, estabelecendo as etapas de execução do trabalho, sob a égide da burocratização. O Taylorismo se apoia no conceito da eficiência como um dos principais critérios de avaliação dos processos produtivos. Faz uso da competição entre os trabalhadores, nos setores de execução das etapas do trabalho, utilizando instrumentos de gratificações e promoções. No entanto, contraditoriamente, a despeito da competitividade, submete os trabalhadores a uma homogeneização para manter o controle, a eficiência e a eficácia nos processos de produtivos. (SILVA e DIONISIO, 2012, p.199)

de caráter neoliberal. Entre as prioridades do neoliberalismo está “o controle da inflação e, para cumprir com esse propósito, as políticas sociais foram sacrificadas, o que agravou as desigualdades sociais ainda mais” (DOMINGUES, 2017, p. 70).

Os neoliberais culpavam o Estado de esvaziar os cofres públicos através de gastos com demasiadas políticas sociais. Estas ideias, após penetrarem no Brasil, acabam fazendo com que o setor privado assumira algumas das responsabilidades que seriam do Estado, como saúde e educação. No que se refere ao seu papel, destaca-se que

O Estado foi criado como um mecanismo de exercício do poder. Serve como dominação de uma classe sobre a outra. O caráter de dominação, de exercício de poder de uns sobre outros, constitui a própria essência do Estado. Desse modo, não é possível a constituição de um poder estatal que sirva ao bem comum e que, por conseguinte, concilie os interesses das classes antagônicas, sem obrigatoriamente, oprimir uma delas. (DOMINGUES, 2017, p. 72)

Um dos maiores neoliberais brasileiros foi Bresser Pereira, ministro da Fazenda no governo Sarney e defensor da ideia da ineficiência e incapacidade do Estado em coordenar o sistema econômico. Para ele, o Estado deveria impulsionar sua economia para que se tornasse uma economia internacional, apesar de admitir que a regulação e a intervenção continuem necessárias, na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infraestrutura, porém sem prejudicar a projeção internacional (BRESSER PEREIRA, 1996, p.1)

A experiência neoliberal foi adotada com maior ênfase no governo Collor (1990-1992) e posteriormente no de Fernando Henrique Cardoso, tendo a contribuição de um cenário de globalização, em que cada vez mais os países buscavam sua inserção na dinâmica internacional às custas da redução do papel social do Estado e da privatização de setores públicos, dentre eles, a educação, o que em tese diminuiria os gastos do Estado e possibilitaria sua inserção na economia de mercado.

A partir do fim da década de 1980 e início dos anos 1990, ideias de cunho liberal passaram a ganhar mais força não só na agenda internacional, mas também na doméstica. No Brasil, isso ocorreu por uma combinação de razões; entre elas, a crise evidente do modelo anterior, o papel de algumas agências internacionais (por exemplo, o FMI e o Banco Mundial) e a efetiva convicção de uma parte das elites e da opinião pública dos potenciais benefícios das ideias liberais. Esse movimento influenciou a adoção das reformas econômicas consideradas necessárias para enfrentar os desafios colocados pela globalização, coincidindo com a grande dificuldade dos setores políticos e sociais opositoristas em formular alternativas consistentes para um novo modelo de desenvolvimento. (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 132)

Tanto no cenário brasileiro quanto no global observou-se o avanço de políticas de cunho neoliberal, sair da situação de subdesenvolvimento e miséria que muitos países, principalmente da América Latina estavam enfrentando parecia ser a ordem do dia em 1989, sendo tema inclusive do Consenso de Washington.

Dentre as recomendações deste consenso estavam a reforma fiscal com a alteração no sistema tributário, o que interferiria na arrecadação de impostos, favorecendo a obtenção de lucro e a competitividade por parte das empresas através da diminuição de impostos e da abertura comercial que proporcionaria o aumento das importações e exportações.

O papel do setor privado em áreas até então de responsabilidade do Estado foram apresentados como temas de interesse nacional e internacional, pois estavam ligados a competitividade econômica global, como uma forma de superação da crise econômica e de construção de economias mais fortes e dinâmicas.

Após o consenso, tanto os Estados Unidos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), passaram a adotar as medidas recomendadas como moeda de troca de financiamentos aos países em crise e negociar a dívida externa. Se tornaram necessários maiores empréstimos para a manutenção e investimentos nas necessidades do estado, empréstimos estes autorizados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Quanto às medidas adotadas pelas economias latino- americanas para sair da crise destaca- se que

[...] parte por escolha nascida do esgotamento das fórmulas anteriores de desenvolvimento, parte devido às condicionalidades impostas pelos acordos com o FMI e o Banco Mundial, as políticas para sair da crise envolveram reformas em linha mais ou menos próxima a postulados clássicos: redução da inflação e do déficit fiscal, privatização de empresas públicas, abertura e liberalização dos regimes de comércio e investimentos. Codificados no Consenso de Washington ou atribuídos a escolas ultraliberais da moda, alguns desses principais postulados não diferiam dos princípios de política econômica confirmados pela prática da maioria das economias geridas com prudência e bom senso. (RICUPERO, 2017, p. 584)

De acordo com Chaves (2005 apud DOMINGUES, 2017, p. 80) a implementação das políticas neoliberais na América Latina, dentre elas às referentes à educação dos filhos dos trabalhadores, foi gestada no Consenso de Washington que definiu uma série de medidas de ajuste estrutural a serem adotadas, centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na rearticulação do aparelho do Estado para atender aos interesses do capital.

A política defendida pelo presidente Fernando Collor de Mello em seus mandato, vai ao encontro do cenário apontado, de intensificação da globalização e o antigo desejo de estar entre as economias mais desenvolvidas do mundo.

A "modernização", a "inserção competitiva da economia internacional" e a busca por uma vaga no Primeiro Mundo, conferindo à política externa papel central nas transformações almejadas para o país, eram metas estabelecidas por Collor desde sua campanha eleitoral de 1989. (DOMINGUES, 2017, p. 71)

Torna-se importante compreender que essa modernização afeta principalmente o ramo industrial, que se vê obrigado a adaptar-se aos padrões internacionais, através da adoção da tecnologia e da microeletrônica.

Com a diminuição do trabalho manual, a maior exigência no que se refere a qualificação foi a necessidade de adequação do trabalhador às necessidades exigidas pelo mercado nacional e internacional. O trabalhador ideal para a lógica burguesa irá promover as condições necessárias para que se atinja este objetivo, que foi de todos os governos brasileiros em maior ou menor escala, e a educação é uma das ferramentas para que isso se torne possível. Nesse sentido

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (DOMINGUES, 2017, p. 64-65)

No tocante à política externa, dentre os objetivos estava o relacionamento do país com os países desenvolvidos, a sensibilização do Brasil às temáticas de meio ambiente, direitos humanos e tecnologia, a maior integração ao Cone Sul e o abandono do papel de país de terceiro mundo, mesmo que não tenha se retirado explicitamente desta condição.

O Brasil caracteriza-se pela tentativa de inserção na economia mundial, buscando seu desenvolvimento “por meio da exportação de manufaturas e a liberalização do comércio, dos investimentos e das finanças” (RICUPERO, 2017, p. 612)

Acreditamos que o Brasil trilhou um processo de busca por alcançar um certo prestígio internacional, uma autonomia⁵ frente os países vizinhos e os países desenvolvidos, para assim buscar desenvolver relações com um maior número de economias. Para alcançar tal objetivo tornou-se de fundamental importância a manutenção de uma boa imagem frente ao cenário mundial e isso só pode ser conquistado se o Estado estiver atento a todas as discussões nacionais e internacionais, aqui entrando temas como cultura e educação.

No plano interno, nos anos 1990, diversas medidas foram adotadas em consonância com a inserção internacional do país: liberalização cambial, diminuição de subsídios à indústria, adoção de uma nova legislação sobre propriedade intelectual, maior liberalização de importações, relativa liberalização de investimentos, privatização de empresas estatais e renegociação da dívida externa. (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 134)

Para Feitosa (2012, p.10) a reforma do Estado promoveu o desmonte do setor público, mercantilizando os serviços sociais como saúde e educação. Os governos foram orientados pelos organismos internacionais a terceirizarem os serviços sociais entregando-

5 De acordo com Cepaluni e Vigevani (2011, p.28-29) a noção de autonomia pode ser concebida como a capacidade de o Estado implementar decisões baseadas em seus próprios objetivos, sem interferência ou restrição exterior através da habilidade em controlar processos ou eventos produzidos além de suas fronteiras.

os a empresas privadas.

Os empresários, cada vez mais presentes acabam interferindo nas questões internacionais, como observamos através do fato de empresas educacionais possuírem capital na bolsa de valores. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, uma instituição internacional a qual faz parte a Ásia, África e América Latina, cujo objetivo é investigar o papel dos diversos atores em sociedade, publicou a cartilha *A Educação Brasileira na Bolsa de Valores: as oito empresas de capital aberto que atuam nos setor educacional*, nela se discute a questão da educação ter se tornado uma mercadoria e estar voltada quase que exclusivamente para a obtenção de lucros.

Sem contar que empresas estrangeiras podem adquirir títulos de empresas nacionais, pois “estes ativos financeiros são livremente negociados no mercado financeiro, sem restrição de nacionalidade, sendo assim, capitais internacionais têm a possibilidade de adquirir ativos da educação básica brasileira, por exemplo”. (COSTA e GOMES, 2019, p. 06)

Isso contribui com a afirmação de que cada vez mais a educação está se tornando um produto ou serviço e sua inserção nas temáticas internacionais tende a ser cada vez maior, pois a lógica capitalista mundial tende a necessitar cada vez mais de mão-de-obra especializada e as empresas que oferecem produtos educacionais estão diversificando e aumentando a oferta de materiais que contemplem esta realidade de competitividade nacional e internacional.

Nesse sentido “a competitividade gera a procura por parcerias, no entanto o que as escolas encontram é a intenção das empresas de cumprir lacunas deixadas pelos órgãos governamentais norteando uma preocupação na criação de uma imagem social positiva na comunidade que estão situadas” (FERREIRA, 2006, p. 4)

Carlos Eduardo de Souza Motta (2001) evidencia através de Bárbara Freitag (1986) as concepções de Bourdieu para a educação afirmando que

O sistema educacional é visto como uma instituição que preenche duas funções estratégicas para a sociedade capitalista: a reprodução da cultura (...) e a reprodução da estrutura de classes. Uma das funções se manifesta no mundo das “representações simbólicas” ou ideologia, a outra na própria realidade social. Ambas as funções estão intimamente interligadas, já que a função global do sistema educacional é garantir a reprodução das relações sociais da produção. (MOTTA, 2001, p. 83)

Levando-se em conta que a educação possui função estratégica, observou-se seu avanço nas pautas internacionais. Um dos movimentos que merece destaque é o Movimento de Educação para todos, pois

[...]o Movimento de Educação Para Todos, um segmento do movimento geral das Metas do Milênio que pode ser enquadrado num pacto pró educação funcional e que é abastecido pelos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação (UNESCO) e o Banco Mundial. Tais referências de universalização acontecem

em Conferências, uma das mais significativas foi a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien/Tailândia, em 1990, que teve como intuito estabelecer a forma da educação do futuro, pressentindo a renovação dos sistemas educacionais, introduzindo-o ao rápido e intenso mundo da economia globalizada, bem como às suas exigências. (DIONÍSIO e SILVA, 2012, p. 04)

Ainda, de acordo com Domingues (2017, p. 88) “a Conferência Mundial de Educação para Todos mostra quão importante a educação é para a reprodução do capital, pois com ela o controle sobre os processos educacionais pelas agências multilaterais se acirra ainda mais”.

Levando em consideração que a função da educação tem se apresentado com a missão de preparar o indivíduo para o trabalho desde a instabilidade por que passou o capitalismo, é cada vez mais evidente as pressões dos organismos internacionais pela transformação do sistema educacional, por isso

A formação docente no Brasil tem sofrido modificações que visam atender precisa e imediatamente às deliberações advindas de eventos e documentos internacionais que trazem como foco principal a suposta universalização da educação e seu enquadramento à “sociedade do conhecimento”. Esses eventos e documentos são produzidos, em sua maioria, sob a tutela de agências mundiais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação (UNESCO). Uma das mais significativas produções dessa seara foi a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien/Tailândia, em 1990, que buscou estabelecer a protoforma da educação do futuro, advogando a urgência da reforma dos sistemas educacionais, bem como sua adequação ao rápido e intenso mundo da economia globalizada e suas exigências. (DIONÍSIO e SILVA, 2012, p. 04)

A Conferência Mundial de Educação para Todos que reuniu cerca de 150 países, apresentou como principal objetivo a reformulação do sistema educacional a fim de que o estudante construa competências e habilidades que serão úteis para o trabalho. Esta concepção tem raízes na pedagogia tecnicista discutida acima.

A partir de 1980 observa-se também a atuação de organismos financeiros como participantes de conferências relacionadas a educação. Tal presença se insere no contexto do chamado Marco de Ação de Dacar, que surgiu em 1984 quando muitas das discussões educacionais passavam pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que era financiada pelo Banco Mundial e assumia papel decisivo nos rumos da educação mundial, além de avaliar os resultados alcançados mundialmente no que se refere a universalização da educação básica. Outros eventos também assinalaram a discussão pelo cumprimento das metas estabelecidas, dentre eles

[...] a Conferência de Educação Para Todos nas Américas: Marco de Ação Regional aconteceu em Santo Domingo, em fevereiro de 2000, e os países elencaram pontos positivos, mas também reconheceram que os avanços ainda eram ínfimos, firmando um compromisso nacional para a conquista dessas metas não alcançadas, contando com a comunidade internacional

e os órgãos de cooperação na ajuda aos países com maiores dificuldades. Logo em seguida foi realizado o Fórum Mundial de Educação – Marco de Ação de Dacar: Educação Para Todos, em Senegal (Dacar), em abril de 2000, onde o governo de 180 países e 150 organizações não-governamentais, reafirmaram os compromissos antes estabelecidas em Jomtien, prorrogando o prazo para 2015 no alcance das metas (que eram para 2000). (DIONÍSIO e SILVA, 2012, p.05)

Através destes encontros e estabelecimentos de metas a serem cumpridas, dentre elas a aumento das matrículas na educação básica, pretendia-se agir no combate às desigualdades sociais existentes, com destaque aos países periféricos e com isso o desenvolvimento econômico seria alcançado.

Embora o projeto neoliberal na educação tenha sido implantado de fato no governo de Fernando Henrique Cardoso, mesmo que anteriormente estivesse ocorrendo a entrada de grupos privados no setor educacional, foi no governo de Luís Inácio Lula da Silva que os empresários organizados no Movimento Todos pela Educação tiveram carta branca para delinear os rumos da educação pública brasileira.

Em sua auto definição o Movimento Todos Pela Educação considera-se de caráter social, com a missão é engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. Considera-se sem partido, plural e representante de diferentes setores da sociedade (gestores públicos, educadores, pais, alunos, empresários, organizações sociais), comprometidos com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. O objetivo do movimento seria propor medidas que facilitassem as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, além da ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhoria da gestão desses recursos. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017)

Nesse sentido, a educação pública passa a ser encarada como ineficaz e atrasada, enquanto o setor privado passa a ser visto como sinônimo de modernidade, acarretando cada vez mais a inserção do empresariado na educação através da apresentação de “soluções” educacionais, o que leva a pensar que para cada problema educacional os grupos oferecem um conjunto de soluções para atingir os ideais exigidos pelo mercado.

Esses grupos, que foram criados no âmbito do mercado educacional para ofertar ensino privado, passaram a atuar também na educação pública. A expansão da atuação desses grupos para a educação pública está intimamente relacionada à crise vivenciada pelo capital, pois, para continuar mantendo as taxas de lucro, os empresários buscaram outras formas de expansão, inclusive geográficas, expandindo seus negócios para outros países e regiões e produzindo novos setores e produtos para conquistar novos mercados. (DOMINGUES, 2017, p. 51- 52)

Assim, se constitui em exemplo de uma empresa inserida na típica lógica capitalista, que para expandir sua área de atuação e ampliar seus lucros se expande para outros países. Assim

O *Grupo Positivo* é um exemplo de utilização da solução de produto. Para conquistar novos mercados, no caso a educação pública, ele criou um produto específico para esse setor. Um sistema de ensino que promete elevar os padrões de qualidade da educação pública e, ao mesmo, tempo atender às demandas do mercado no que tange à formação de força de trabalho. A qualidade aqui referida diz respeito a propalada e exigida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) através do Programa Internacional de Avaliação de Alunos conhecido como PISA22. (DOMINGUES, 2017, p. 58)

O Brasil é um dos parceiros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1990, o qual conta com 35 países. Este órgão apresenta como principais objetivos, o estabelecimento de discussões e alinhamento de estratégias sobre temas como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) mantém parceria com a OCDE para a promoção de políticas públicas voltadas à melhoria da educação. Um dos instrumentos ligados a esta organização é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), criado em 1997 que avalia os sistemas educacionais básicos de membros da OCDE em leitura, matemática e ciências, o qual é utilizado como exemplo de avaliação da maioria dos sistemas privados de ensino atuantes no Brasil.

Sendo assim, através da tênue fronteira estabelecida entre o público e o privado a partir da Reforma de Estado de 1990 e da intensificação da inserção da educação como demanda internacional observa-se que progressivamente a educação deixa de ser uma demanda social e passa a ser considerada um gasto público, assim

A educação deixou de ser considerada como investimento social para ser concebida como um gasto público que precisa ser reduzido para que o Estado cumpra as exigências de ajuste fiscal imposta pela política econômica mundial. Assim, de direito do cidadão, a educação passou a ser concebida como uma estratégia de competição entre os indivíduos cuja competência é adquirida pela formação de habilidades instrumentais para atuar no mercado. (DOMINGUES, 2017, p. 86)

Através da OCDE, da Conferência Mundial de Educação para Todos e o Movimento Todos pela Educação, observa-se que a educação extrapola a esfera nacional e passa a ser vista e discutida internacionalmente, envolvendo grupos empresariais, agências multilaterais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações internacionais, tornando-se pauta de discussão em se tratando de relações internacionais.

Conforme mencionado anteriormente, os governo brasileiros pós 1980, em maior ou menor escala incentivaram a ampliação da abertura da educação a atuação do setor empresarial através do Movimento Todos pela Educação. Este fato, somado aos anteriores coloca a educação entre os assuntos relevantes dos governos em questão, pois, para se manter atuantes no cenário internacional, se torna fundamental a projeção econômica e ela só acontece se os atores do processo produtivo estiverem inseridos na relação capitalista de mercado. Por isso controlar o trabalhador e formar a mão-de-obra necessária para a

manutenção da ordem capitalista é fundamental.

4 | CONCLUSÃO

A crise do capital de 1973 marca o surgimento do neoliberalismo, como forma de posicionar o Estado frente aos interesses globais de mercado e às pressões externas cada vez maiores, que acabam por minar qualquer tentativa de garantir autonomia dos países do Sul.

Para tentar uma recuperação, o Estado abre caminho para a entrada dos setores empresariais na área da educação, através das parcerias público/privadas. Os grupos educacionais privados passam a ser considerados como sinônimos de qualidade, enquanto o Estado passa a ser visto como sinônimo de ineficiência.

Esta situação se insere no contexto das reformas do Estado, em 1990, que abre margem de manobra para as políticas neoliberais, em que o Estado se exime cada vez mais de suas responsabilidades, aumentando as desigualdades sociais.

Uma vez inseridos no âmbito educacional, os empresários possuem controle absoluto sobre tudo aquilo que chega até as instituições de ensino, através do fornecimento de materiais didáticos apostilados, currículos prontos, formações aos professores, vídeos instrucionais, plataformas educacionais, com o objetivo de formar mão-de-obra para o fortalecimento da economia capitalista de mercado.

Nesse sentido observou-se principalmente desde o governo Sarney, intensificando-se no governo Collor, Itamar Franco, FHC e mais ainda no governo Lula a transformação da temática educação, antes considerada questão nacional para o panorama de discussões internacionais, através do surgimento de Organizações como a OCDE, Conferência de Educação para Todos e o Movimento Todos pela Educação em que setores privados e os países do mundo discutem estratégias de obtenção de melhores desempenhos para que haja a formação de mão-de-obra trabalhadora e qualificada, o que contribui para a conquista de projeção econômica internacional e participação nas questões de interesse global, melhorando a imagem do país e dando-lhe margem de negociação internacional.

Observa-se que no plano internacional o Brasil segue apresentando algumas dificuldades no cumprimento das metas estabelecidas nos debates internacionais, principalmente no que se refere a universalização da educação básica, principalmente frente às condições de vulnerabilidade social e no plano nacional uma busca constante pela qualidade do ensino, por isso cresce ano a ano a busca por grupos privados, seguindo a lógica capitalista em que Estado é sinônimo de ineficiência.

Este artigo aponta a necessidade da realização de pesquisas nessa temática para que tenhamos um aprofundamento das reais intenções neoliberais para a área da educação. Ainda, torna-se fundamental a busca por investimento em políticas públicas que de fato busquem a autonomia da educação brasileira e não a adoção de “soluções

educacionais” internacionais ou de grupos privados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Lua Nova: Revista de cultura e política, nº 45, p. 49-96, 1998.

VIGEVANI, Tullo e CEPULANI, Gabriel. **A política externa brasileira a busca pela autonomia de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DOMINGUES, Analeia. **Inserção do grupo positivo de ensino no sistema educacional público: a educação sob o controle do empresariado**. Florianópolis, 2017.

FEITOSA, E. F. **As parcerias público-privadas no Programa de Educação para Todos: uma análise marxista**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 2012.

MOTTA, Carlos Eduardo de Souza. **Indústria Cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 54, agosto/2001.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SILVA, Homero Dionísio; DIONÍSIO, Débora Accioly. **O Movimento de Educação Para Todos e seus rebatimentos na formação docente da UFPB. XIII Jornada de Trabalho**. São Paulo, 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>>. Acesso em: 03 de Julho de 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 28, 59, 68, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Administração 7, 88, 91, 109, 117, 121, 135, 136, 137, 143, 144, 181, 182, 186, 187, 188, 191, 192

Alfabetização financeira 101, 110, 111, 112, 113, 116, 120, 121

Alfabetización visual 122, 126, 131

Alzerino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

Aprendizagem 24, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 89, 91, 93, 111, 113, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 151, 153, 159, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 184, 185, 189, 190, 192, 194, 196, 197, 201, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227

Artes visuales 122, 123, 127, 128, 131

B

Bem-estar financeiro 101, 102, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 118

C

Capitalismo 9, 10, 11, 12, 13, 18, 22, 177

Capoeira 228, 229, 231, 232

Cérebro 165, 166, 167, 168, 169, 170, 217

Conhecimento 18, 27, 28, 31, 34, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 62, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 85, 88, 90, 91, 92, 95, 98, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 147, 148, 150, 151, 153, 155, 156, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 197, 204, 205, 206, 212, 214, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225

Creatividad 122, 131

Criança 25, 26, 32, 34, 72, 150, 154, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 201, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Cultura y ocio juvenil 122, 123

Currículo 8, 92, 93, 94, 95, 99, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 185, 216

D

Desejo 15, 148, 228, 229, 230, 231

Desenvolvimento 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 25, 26, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 38, 42, 46, 55, 57, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 76, 79, 80, 83, 85, 87, 88, 94, 113, 135, 136, 137, 138, 139,

140, 141, 142, 143, 144, 159, 166, 167, 168, 169, 176, 177, 180, 183, 189, 190, 201, 202, 208, 210, 211, 212, 213, 217, 218, 221, 222, 224, 233

Didática 74, 98, 140, 178, 179, 191, 222

Direção 56, 181, 184, 187, 188

E

Educação 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 112, 113, 118, 121, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 198, 199, 201, 202, 204, 209, 210, 214, 216, 217, 218, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 233

Educação amazônica 1

Educação Física 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Educação Maker 62, 64, 74, 75, 76, 81, 83, 89, 90, 92

Educação profissional 62, 63, 65, 69, 79, 80, 89, 90, 135, 136, 137, 138, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155

Ensino-aprendizagem 24, 29, 30, 37, 38, 42, 64, 74, 89, 138, 140, 141, 165, 166, 216

Ensino médio 5, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 36, 54, 88, 93, 94, 95, 96, 98, 103, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 155, 158, 159, 178, 179, 180

Ensino superior 62, 65, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 145, 200, 201, 202, 204, 206, 207, 209, 210, 215, 226, 233

Escola 1, 2, 5, 6, 7, 8, 13, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 69, 70, 73, 74, 75, 89, 91, 95, 96, 98, 99, 100, 104, 106, 107, 109, 118, 119, 139, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 171, 172, 173, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 202, 211, 212, 213, 215, 222, 223, 224, 227

Escola dos Annales 158, 159, 160, 163

Estratégias 5, 7, 20, 21, 37, 39, 48, 68, 72, 73, 85, 110, 118, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 144, 146, 149, 155, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 196, 198, 214, 216, 217, 226

Evasão escolar 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

F

Fracasso escolar 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 212

G

Gestão 6, 7, 8, 12, 19, 27, 34, 35, 36, 70, 91, 112, 114, 118, 135, 143, 154, 181, 182, 183, 185, 188, 189, 190, 192, 210, 227

H

História 1, 7, 8, 23, 25, 59, 100, 111, 151, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 174, 182, 191, 192, 194, 197, 198, 230, 231, 232

I

Inclusão 27, 35, 36, 46, 55, 75, 83, 112, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 225

J

Juventude 43, 147, 150, 151

L

Língua Portuguesa 57, 139, 182, 218, 219, 223, 224, 225, 226

Livros didáticos 158, 159, 160, 161, 162, 163

M

Matemática 20, 72, 74, 88, 112, 135, 139, 146, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 213, 214, 233

Metodologia ativa 37, 39, 41, 47, 49, 75

Modernidade 11, 19, 153, 171, 172, 176

Mulher 154, 228, 229, 231

N

Neurociência 165, 166, 168, 170, 217

Nova história 158, 159, 160, 161, 162, 163

P

Pandemia 38, 51, 52, 56, 57, 59, 79, 110, 118, 133, 139, 178, 180

Perspectivas 23, 31, 50, 64, 70, 89, 90, 111, 113, 120, 163, 199

Planejamento orçamentário 101, 113

Prática docente 96, 99, 145, 171, 193, 194, 195, 197, 226

Prática pedagógica 34, 48, 60, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 174, 178

Preconceito 101, 108, 202, 228, 231

Professor 26, 28, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 56, 57, 59, 68, 71, 72, 73, 76, 77, 97, 98, 112, 113, 135, 139, 161, 167, 170, 171, 173, 174, 176, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 203, 213, 215, 218, 221, 225, 227, 233

Projeto integrador 135, 136, 137, 140, 142, 143, 144, 145

Proposta de ensino 37, 76, 137, 140, 143

Prototipagem 62, 63, 65, 66, 68, 79, 80, 81, 89

R

Realidade educacional 23, 24, 25, 69, 77, 86

Relações internacionais 9, 11, 13, 20

Rotatividade 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 192

S

Saberes 23, 24, 127, 135, 137, 138, 139, 142, 146, 150, 154, 170, 193, 194, 195, 196, 199, 216, 220, 226

Sala de aula invertida 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 50

Superendividamento 101, 106, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 120

T

Tecnologias 60, 69, 92, 218, 219, 220, 226, 227

Tecnologias da informação e comunicação 218, 219, 227

Tecnologias móveis 122, 123, 126, 130

V

Violência escolar 147, 149, 150, 154

Violência na televisão 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154

Y

Youtube 43, 51



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br





A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

